

ITAMINAS COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A. CNPJ: 18.752.824/0001-83

1/2

Carta da administração			
Prezados colaboradores, parceiros e acionistas,			
É com imensa satisfação que nos dirigimos a todos vocês, em nome da Administração da Itaminas Comércio de Minérios S.A., para compartilhar os avanços significativos que alcançamos nos últimos anos. Nesse período, nossa empresa se transformou e se reinventou, consolidando-se como referência em beneficiamento do minério a seco e estabelecendo novos padrões de excelência em nossas operações. Orgulhamo-nos em afirmar que hoje somos líderes no beneficiamento do minério a seco, uma técnica que revolucionou a indústria mine-			

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota explicativa	2022 (Reapresentado)		2021 (Reapresentado)	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	18.643.188	93.442.692	15.076	15.076
Contas a receber de clientes	5	56.983.897	60.602.302	117.722.779	48.585.921
Estoque	6	21.812.777	35.451.812	3.919.813	160.663
Adiantamentos	7	21.812.777	35.451.812	3.919.813	160.663
Tributos a recuperar	8	3.919.813	160.663	218.182.454	238.253.390
Não circulante					
Tributos a recuperar	8	11.960.902	18.540.346	-	-
Outros ativos	9	655.300	44.427	-	-
Partes relacionadas	9	655.300	44.427	-	-
		667.366.422	677.979.625	-	-
Investimentos em controladas	10	399.767.007	374.756.874	-	-
Imobilizado	11	222.922.579	157.078.409	-	-
Intangível	12	28.080.000	28.212.372	-	-
		650.769.586	560.471.655	-	-
Total do ativo		1.536.318.462	1.403.273.670		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	11.871.835	3.104	-	-	(1.924.984.649)	(1.913.105.710)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	140.113.156	140.113.156
Absorção de prejuízos com reservas	-	(3.104)	-	-	3.104	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	11.871.835	-	-	-	(1.784.868.389)	(1.772.996.554)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.857.171.698	1.857.171.698
Constituição de reserva legal	-	-	2.374.367	-	(2.374.367)	-
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	-	69.928.942	(69.928.942)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.871.835	-	2.374.367	69.928.942	-	84.175.144

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

1. Informações gerais: A Itaminas Comércio de Minérios S.A. ("Companhia" ou "Itaminas"), é uma sociedade anônima, de capital fechado, Mineradora especializada na extração e produção de minério de ferro, matéria-prima essencial para a indústria siderúrgica. A Companhia tem sede e operação na Fazenda do Engenho Seco, Zona Rural do Município de Sarzedo, município da região metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, onde está localizada a maior reserva de minério de ferro do Brasil. Sua capacidade de produção é de 6,70 mil toneladas por ano, o que representa em média 550 mil toneladas mensais. Sua produção é comercializada nos mercados interno e externo. **Contabilidade operacional:** A Companhia avalia que possui habilidade em continuar operando normalmente e pretende dar continuidade aos negócios. Os indicadores econômicos-financeiros apresentaram significativa melhora em 2021 e 2022. Nos últimos quatro anos o passivo da Itaminas foi renegociado. A Companhia mantém rigorosa pontualidade diante dos compromissos assumidos, tendo já liquidado boa parte deles. Destaca-se os acordos que solucionaram as dívidas fiscais com os governos estadual e federal. Em decorrência disso, a Companhia já detém todas as certidões de regularidade fiscal. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram elaboradas com base no princípio da continuidade operacional. **2. Políticas contábeis adotadas:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Diretoria da Companhia e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e as Normas Brasileiras de Contabilidade, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com base nos pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), também aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Todas as demonstrações contábeis foram baseadas em lançamentos originados através dos documentos comprobatórios da atividade, tomando as compreensíveis, relevantes e de confiança. As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas para emissão em 12 de julho de 2023. **2.2. Base de preparação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma. Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022:** As novas normas contábeis que serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações foram aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **b) Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. **c) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020:** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo. **d) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação à Estrutura Conceitual das IFRS. **2.4. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estaram em vigor em 31 de dezembro de 2022:** Para as seguintes normas ou alterações a Diretoria ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alteração na norma IAS 37/CPC 23 – Ativação ou desativação de estimativa contábil:** que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 –** traz exigência adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 –** inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 –** trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; e **Alteração na norma IAS 1/CPC 26, a Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante – esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em uma entidade tendo em mente o prazo final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade pelo mesmo, dois meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. **b) Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023:** Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devam ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. **3. Resumo das principais políticas contábeis significativas:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** A Companhia considera equivalentes de caixa: dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **3.2. Contas a receber de clientes:** Corresponde aos valores a receber de suas diversas fontes de receitas do decorso normal de suas atividades. São registrados e mantidos pelo valor nominal representativo, sendo classificados no ativo circulante se o prazo para recebimento for igual ou menor que um ano, e no ativo não circulante caso prazo seja superior. **3.3. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao valor de custo ou valor realizável. **3.4. Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzida da depreciação acumulada. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em conta a vida útil econômica dos bens, segundo parâmetros estabelecidos pela legislação tributária. **3.5. Intangível:** Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, separáveis ou resultantes de direitos contratuais ou de outros direitos legais. A Companhia possui registrado os direitos minerários de sua propriedade ao custo de aquisição deduzido dos valores amortizáveis, calculados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis. **3.6. Fornecedores:** São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, quando isso se apresenta como passivo não circulante. São reconhecidas ao valor justo da transação, que corresponde ao valor da fatura correspondente. **3.7. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. **3.8. Obrigações tributárias e fiscais parceladas:** Apresentam valores corrigidos monetariamente pela Diretoria referente a débitos fiscais e sociais, consolidados pelas autoridades competentes. **3.9. Provisão para contingências:** As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas com base no valor esperado de liquidação tendo por base a opinião dos assessores jurídicos da Companhia. **3.10. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os ativos são classificados como circulante e não circulante com base na expectativa de sua realização nos próximos dois meses, enquanto os passivos são classificados com base nos respectivos termos contratuais. **3.11. Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, pela comercialização das diversas fontes de receitas inerentes a entidade. **3.12. Tributos sobre a renda:** O regime de tributação da Companhia é o Lucro Real, apurado a partir dos Resultados de Renda e Contribuição Social, exceto em relação aos resultados de vendas de ações e exclusões de vendas na Legislação Fiscal. **3.13. Ativos e passivos financeiros:** **Ativo financeiro – classificação:** Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber. A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e sua classificação é determinada no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia tinha somente ativos financeiros classificados ao custo amortizado. **Passivo financeiro – classificação:** Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, outras contas a pagar, obrigações a pagar e empréstimos e financiamentos. A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado, havendo somente passivos financeiros ao custo amortizado. **3.14. Uso de estimativas e julgamentos:** As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis referem-se a débitos fiscais e sociais, consolidados pelas autoridades competentes. **3.5. Determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis:** Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, estimativas do valor justo das propriedades para investimento, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para demandas judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas no mínimo anualmente. As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Perdas esperadas (impairment) de contas a receber:** envolve a mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos recuperáveis; principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda (Nota Explicativa nº 3.2); **• Provisão para contingências:** envolve a mensuração de provisão para perdas com demandas judiciais e administrativas e determinação da probabilidade e magnitude das saídas de recursos (Nota Explicativa nº 3.9); **• Determinação de impairment do ativo imobilizado:** envolve a revisão anual do valor recuperável do ativo imobilizado e a possível evidência que seu valor possa estar desvalorizado (Nota Explicativa nº 11); **3.15. Representação dos valores correspondentes:** As demonstrações contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo representadas de forma retrospectiva para refletir a retificação do erro no conjunto das demonstrações contábeis. Esses ajustes estão sendo apresentados retrospectivamente em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados:

radora ao reduzir drasticamente a utilização de água e a geração de resíduos. Através do uso de modernos equipamentos conseguimos extrair o máximo valor de nossos recursos minerais, preservando os recursos hídricos e minimizando o impacto ambiental. Além disso, a Itaminas Comércio de Minérios S.A. vem investindo em melhorias administrativas e operacionais. Implementamos práticas de gestão modernas, eficientes e compliance, aprimoramos nossos processos de controle e monitoramento, e fortalecemos nossas relações com fornecedores e parceiros estratégicos. Esse trabalho conjunto nos permitiu alcançar índices de produtividade e rentabilidade excepcionais, consolidando nossa posição como referência no setor. Não

podíamos deixar de mencionar o papel fundamental desempenhado por nossa equipe de colaboradores, a quem agradecemos toda a dedicação. Nossa visão para o futuro é continuar a ser uma referência em inovação, sustentabilidade e excelência operacional. Continuaremos investindo em pesquisa e desenvolvimento, buscando aprimorar ainda mais nossos processos e expandir nossa atuação em mercados nacionais e internacionais. Temos convicção de que, com nossa determinação e o apoio de todos, alcançaremos novos patamares e enfrentaremos com sucesso os desafios que ainda estão por vir.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2022 (Reapresentado)		2021 (Reapresentado)	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	19	1.199.268.868	1.733.515.934	-	-
Custo dos produtos vendidos	20	(665.682.461)	(864.150.426)	-	-
Lucro bruto		533.606.407	869.365.508		
Recargas/(despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	21	(246.075.728)	(158.039.170)	-	-
Despesas com pessoal	22	(30.441.411)	(39.750.427)	-	-
Despesas tributárias	23	(58.235.540)	(14.703.247)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	10	534.524.619	(339.756.695)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	24	1.219.748.196	(6.092.857)	-	-
Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras, líquidas		1.953.126.543	311.023.112		
Recargas/(despesas) financeiras, líquidas					
Recargas financeiras	25	61.664.744	6.228.887	-	-
Despesas financeiras	25	(99.463.817)	(24.231.987)	-	-
		(37.799.073)	(18.003.100)	-	-
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		1.915.327.470	293.020.012		
Imposto de Renda e Contribuição Social		(58.155.772)	(152.906.856)	-	-
Lucro líquido do exercício		1.857.171.698	140.113.156		

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em Reais)

	2022 (Reapresentado)	2021 (Reapresentado)	2022 (Reapresentado)	2021 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	1.857.171.698	140.113.156	-	-
Resultado abrangente total do exercício	1.857.171.698	140.113.156		

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações contábeis.

a) Balanço patrimonial

Ativo

	31/12/2021 (Reapresentado)	Ajustes	31/12/2021	01/01/2021 (Reapresentado)	Ajustes	31/12/2020
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	93.442.692	-	93.442.692	376.198	-	376.198
Contas a receber de clientes	60.602.302	-	60.602.302	78.807.283	-	78.807.283
Estoque	48.585.921	1	48.585.920	4.707.181	-	4.707.181
Adiantamentos	35.451.812	(2.772.079)	32.679.733	22.071.758	(2.772.079)	24.843.877
Tributos a recuperar	160.663	-	160.663	51.099	-	51.099
	238.253.390	(2.772.079)	241.025.469	106.013.519	(2.772.079)	108.785.598
Não circulante						
Tributos a recuperar	18.540.346	-	18.540.346	-	-	-
Partes relacionadas	586.432.279	258.743.696	327.688.583	264.885.202	-	264.885.202
Investimentos em controladas	604.972.625	327.688.583	932.661.208	264.885.202	-	264.885.202
Imobilizado	374.756.874	(425.039.460)	34.717.414	-	-	-
Intangível	28.212.372	-	28.212.372	79.399.093	-	79.399.093
	560.471.655	(425.039.460)	985.087.115	79.399.093	-	79.399.093
Total do ativo	1.403.273.670	(150.527.497)	1.553.801.167	450.297.814	(2.772.079)	453.069.893

Passivos e patrimônio líquido

Circulante

Empréstimos e financiamentos	67.955.348	(17.048.092)	85.003.440	75.866.459	(17.048.092)	92.914.551
Fornecedores	88.169.192	(6.500.000)	94.719.192	18.656.394	(15.000)	18.806.394
Obrigações trabalhistas e sociais	10.520.150	-	10.520.150	8.383.769	-	8.383.769
Obrigações tributárias e parcelamentos	101.915.937	(2.255.270)	104.171.207	10.326.255	(2.255.270)	12.591.535
Adiantamentos de clientes	1.929.521	-	1.929.521	4.403.375	-	4.403.375
Outras obrigações	514.362	1.434	515.796	12.005.279	-	12.005.279
	271.004.510	(25.851.924)	296.856.436	129.651.942	(19.453.362)	149.104.903

Não circulante

Acordos judiciais	92.767.836	(2.942.513)	95.710.349	124.271.399	(2.942.513)	127.213.912
Obrigações tributárias e parcelamentos	1.966.154.751	(696.942)	1.965.857.809	2.084.294.638	(696.942)	2.084.994.630
Provisão para perda em investimentos	846.343.127	846.343.127	1.692.686.254	25.186.836	-	25.186.836
	2.905.265.714	842.703.672	2.062.562.042	2.233.755.983	-	2.212.208.542

Patrimônio líquido

Capital social

Capital social	11.871.835	-	11.871.835	11,871,835	-	11,871,835
Reserva de capital	-	-	-	-	(3,104)	3,104
Prejuízos acumulados	(1,784,868,389)	(967,379,241)	(2,752,247,630)	(4,863,504)		

ITAMINAS COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A. CNPJ: 18.752.824/0001-83

2/2

	2022	2021 (Reapresentado)
Venda de Minério de Ferro	1.298.250.664	1.859.342.274
Prestação de Serviços	208.546	14.608.698
(-) Devoluções	(7.839.723)	(16.215.458)
(-) Tributos Incidentes	(91.350.619)	(124.219.580)
	1.199.268.868	1.733.515.934
20. Custos dos produtos vendidos: A composição dos saldos é apresentada como se segue:		
	2022	2021 (Reapresentado)
Custo de aquisição de almoxarifado	(16.274.732)	(28.035.824)
Custo de aquisição/fabricação	(155.881.281)	(137.890.836)
Serviços movimentação de minério	(114.965.212)	(115.826.698)
Custo aluguel/arrendamento/royalties	(139.444.012)	(211.768.998)
Prestação de serviços gerais	(2.081.167)	(9.216.237)
Custo de mão de obra direta	(69.574.193)	(58.764.612)
Custos indiretos de fabricação	(167.441.864)	(302.647.221)
	(665.662.461)	(864.150.426)
21. Despesas gerais e administrativas: A composição dos saldos é apresentada como se segue:		
	2022	2021 (Reapresentado)
Depreciação e amortização	(27.870.997)	(14.814.052)
Assessorias e consultorias	(60.233.085)	(55.038.945)
Honorários advocatícios	(24.137.449)	(55.949.669)
Serviços de vigilância / segurança	(3.968.907)	(3.760.196)
Serviços prestados - pessoa jurídica	(25.393)	(2.131.176)
Despesas telecomunicações	(682.217)	(1.571.963)
Despesas com acordos judiciais	(1.271.013)	(1.829.709)
Despesas com locação de equipamentos	(1.171.038)	(2.332.081)
Doações	(3.500.000)	(12.000.000)
Outras despesas	(123.215.569)	(8.611.379)
	(246.075.728)	(158.038.170)

	2022	2021 (Reapresentado)
22. Despesas com pessoal: A composição dos saldos é apresentada como se segue:		
	2022	2021 (Reapresentado)
Salários e ordenados	(14.459.424)	(14.029.326)
Férias	(1.508.916)	(2.709.018)
Despesas com INSS	(7.955.569)	(8.627.592)
Despesas com FGTS	(2.154.784)	(3.681.219)
Cursos profissionalizantes	(76.648)	(1.233.842)
Acordos judiciais	(943.258)	(3.816.794)
13º salário	(1.172.708)	(606.059)
Seguro de vida	(456.040)	(612.402)
Outras despesas com pessoal	(1.714.064)	(4.514.175)
	(30.441.411)	(39.750.427)
23. Despesas tributárias: A composição dos saldos é apresentada como se segue:		
	2022	2021 (Reapresentado)
Despesa com impostos e taxas	(494.016)	(6.477.110)
ICMS diferencial de alíquota	(4.209.023)	(5.746.896)
IPTU e alvará	(108.826)	(2.124.083)
DNP/CFEM	(46.039.147)	-
Outras despesas tributárias	(7.384.528)	(355.158)
	(58.235.540)	(14.703.247)
24. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas: A composição do saldo da rubrica de outras receitas e despesas operacionais está demonstrada abaixo. Importante ressaltar a redução do acordo da Transação Tributária com a FGFN, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 15.		
	2022	2021 (Reapresentado)
Ganho na venda de imobilizado	8.298.750	-
Despesas com doações	(6.180.181)	(4.848.199)
Redução acordo PGFN	1.280.738.691	-
Despesas sobre desajuste sobre tributos	(12.080.902)	-
Outras receitas operacionais	1.749.596	113.370
Despesas com provisões e outras despesas	(52.777.960)	(1.358.028)
	1.219.748.196	(6.092.857)

	2022	2021 (Reapresentado)
25. Receitas (despesas) financeiras, líquidas Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:		
	2022	2021 (Reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	6.534.000	5.394.825
Descontos obtidos	30.937.706	834.048
Variação cambial ativa	24.192.943	-
Outras receitas financeiras	95	-
	61.664.744	6.228.867
Despesas financeiras		
Juros passivos	(81.057.119)	(21.207.874)
Descontos concedidos	(7.961.224)	(2.878.234)
Tarifas bancárias	(79.268)	(100.568)
Variação cambial passiva	(10.291.107)	-
Outras despesas financeiras	(75.029)	(45.311)
	(99.463.817)	(24.231.987)
	(37.799.073)	(18.003.100)
Resultado financeiro		
26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros FATORES DE RISCOS: A Itaminas está exposta a diversos fatores de mercado que podem impactar seu fluxo de caixa. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco. Considerando a natureza dos negócios e operações da Itaminas, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são: • Taxa de câmbio; • Preços de produtos e insumos. Risco de taxa de câmbio: O fluxo de caixa da Itaminas está sujeito à volatilidade do dólar americano, uma vez que os preços de seus produtos são indexados nesta moeda. Risco de preços de produtos e insumos: A Itaminas também está exposta a riscos de mercado relacionados à volatilidade dos preços de commodities e de insumos. A gestão de risco é realizada pela Diretoria da Companhia de acordo com suas políticas estabelecidas. 27. Seguros: A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Diretoria para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte		

do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. **28. Eventos subsequentes:** Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 06 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 851 – Recursos Extraordinários nº 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Diretoria avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da diretoria suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022. **Captações financeiras subsequentes:** A Itaminas contratou empréstimos durante o ano de 2023 até a apresentação destas demonstrações contábeis, conforme demonstrado: Março/2023 - Banco Sofisa S.A. – R\$ 15 milhões; Abril/2023 - Banco Fibra S.A. – R\$ 10 milhões; Junho/2023 - Banco BS2 S.A. – R\$ 20,2 milhões. Não ocorreram outros eventos subsequentes entre o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e a data de autorização para conclusão das demonstrações contábeis que pudessem alterar as posições contábeis do balanço patrimonial, demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Administração
Bernardo de Mello Paz
Diretor Presidente
Frederico Yuri Abreu Mendes
(contador responsável) CRC/MG 104.171

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Aos
Acionistas e Diretores da
Itaminas Comércio de Minérios S.A.
Sarzedo - MG
Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da Itaminas Comércio de Minérios S.A. ("Companhia" ou "Itaminas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itaminas Comércio de Minérios S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalvas sobre as demonstrações contábeis: Investimentos não auditados:** Conforme Nota Explicativa nº 10, a Companhia possui registrado na Rubrica "Investimentos" no ativo não circulante o montante de R\$ 399.767.007 e na Rubrica "Provisão para perda em investimentos" no passivo não circulante o montante de R\$ 336.828.642 em 31 de dezembro de 2022, sobre o qual foi apurada a equivalência patrimonial no resultado do exercício referente a esses investimentos no montante de R\$ 534.524.619. Contudo, as demonstrações contábeis das Controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes. Consequentemente, não temos como opinar e por isso não opinamos sobre tais saldos, assim como os possíveis efeitos que poderiam trazer sobre o resultado e a posição patrimonial e financeira da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Ausência de apresentação de demonstrações consolidadas:** A Diretoria da Companhia não apresentou as demonstrações consolidadas em 31 de dezembro de 2022, bem como os saldos comparativos consolidados em 2021, conforme determina o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas. A Companhia possui em 31 de dezembro de 2022 as seguintes controladas passíveis de consolidação: BMP Participação e Empreendimentos Ltda.; BEMEP

Consultoria Ltda.; Getran Gerais Transportes S.A.; Ilaco Itaminas Comercial Ltda.; Itaminas Energética Ltda.; Siderúrgica Itaperi Ltda.; Itasider Usina Siderúrgica Itaminas S.A.; MGS Minas Gerais Siderúrgica Ltda.; Siderúrgica Piratininga Ltda.; Replasa Reflorestadora S.A.; Santa Mariana Participação e Administração Ltda.; Siderúrgica São Sebastião de Itatiaiaçu S.A.; e Minas do Paraopeba Ltda. **Ausência de controle individualizado de bens:** Companhia não mantém controle adequado dos bens do ativo imobilizado, no montante de R\$ 222.922.579, descrito na Nota Explicativa nº 11, não havendo identificação dos custos e demais itens requeridos pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado. A Diretoria da Companhia contratou uma empresa especializada na realização de levantamento patrimonial e avaliação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, cujo objetivo é identificar, mensurar e regularizar os bens de seu ativo imobilizado. Entretanto, esse trabalho não foi concluído até a emissão do nosso relatório. Dessa maneira, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos do ativo imobilizado, das despesas de depreciação e da depreciação acumulada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem a "Carta de Administração". Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, não abrange a "Carta de Administração" e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler a "Carta da Administração", ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante na "Carta da Administração", somos requeridos a comunicar esse

fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, não foram auditadas por nós e nem por outros auditores independentes, e consequentemente não emitimos opinião sobre elas. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do

que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 12 de julho de 2023.

BDOBDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 MG 009485/F-0Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 10/08/2023



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal Estado de Minas. Acesse também através do link:

<https://publicidadelegal.em.com.br/wp-content/uploads/2023/08/Balanco-Itaminas-10-08-2023.pdf>